



***GÊNERO: UMA CATEGORIA PARA A CIÊNCIA E PARA A POLÍTICA
NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA DO PNLD 2018***

***GÉNERO: UNA CATEGORÍA PARA LA CIENCIA Y LA POLÍTICA EN
LOS LIBROS DE TEXTO DE SOCIOLOGÍA DEL PNLD 2018***

***GENDER: A CATEGORY FOR SCIENCE AND POLITICS IN PNLD 2018
SOCIOLOGY TEXTBOOKS***

Marcia Menezes Thomaz Pereira¹

RESUMO

Este texto apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de doutorado, cujo objetivo foi analisar o conteúdo mobilizado pela categoria gênero nos livros didáticos de Sociologia aprovados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático. O trabalho visou compreender não apenas o que é selecionado e produzido para a escola, mas o próprio fenômeno da sua inclusão. Para tanto, apoiou-se na análise de conteúdo de livros didáticos e realizou entrevistas com autores e autoras dessas obras. Os resultados indicaram uma correspondência entre o tipo de relação da autoria com a escola e a presença desse conteúdo nos livros. Isso permitiu classificá-los em dois grupos: um marcado pela influência das agendas políticas em torno de gênero, cujo enfoque são as ações coletivas que se formam em resposta ao problema sociológico da desigualdade de gênero; e outro marcado pela influência das agendas acadêmicas, com ênfase sobre as origens dessa desigualdade.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Ensino de Sociologia. Livros didáticos. PNLD

RESUMEN

Este texto presenta resultados de una investigación doctoral que analizó el contenido relacionado con la categoría de género en libros didáticos de Sociología aprobados por el Programa Nacional del Libro y Material Didático. El objetivo fue comprender tanto lo que se selecciona para la escuela como el proceso de inclusión de dichos contenidos. Se utilizó el análisis de contenido de los libros y entrevistas con sus autores. Los resultados mostraron una relación entre el vínculo del autor con la escuela y la presencia del contenido de género, lo que permitió clasificar los materiales en dos grupos: uno

¹ Doutora em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

influenciado por agendas políticas, centrado en acciones colectivas frente a la desigualdad de género, y otro guiado por agendas académicas, con énfasis en los orígenes de dicha desigualdad. Esta clasificación evidencia cómo distintas perspectivas influyen en el abordaje del género en el material escolar y en su función educativa.

PALABRAS-CLAVE: Género. Enseñanza de la Sociología. Libros didácticos. PNLD

ABSTRACT

This text summarizes findings from a doctoral research project that analyzed how the concept of gender is addressed in Sociology textbooks approved by the National Textbook and Teaching Material Program. The study aimed to understand both the selection of content for schools and the process of its inclusion. It involved content analysis of textbooks and interviews with their authors. Results revealed a link between the authors' connection to the school environment and the presence of gender-related content. Based on this, the textbooks were categorized into two groups: one shaped by political agendas, emphasizing collective actions addressing gender inequality, and another guided by academic agendas, focusing on the origins of such inequality.

KEYWORDS: Gender. Sociology Teaching. Textbooks. PNLD

* * *

Do problema às perguntas

Este texto tem o objetivo apresentar parte das discussões e dos resultados de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do doutorado, cujo objetivo foi analisar o conteúdo mobilizado pelo conceito gênero presente nos livros didáticos de Sociologia aprovados pelo do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). O trabalho visou compreender não apenas o que é selecionado e produzido para a escola, por meio desse material, mas o próprio fenômeno da sua inclusão. Para tanto, apoiou-se na metodologia qualitativa de análise de conteúdo de livros didáticos e demais documentos educacionais acerca do ensino de Sociologia, assim como realizou entrevistas semiestruturadas com os autores e autoras das obras didáticas que compuseram a amostra da pesquisa.

Tanto os problemas quanto as perguntas construídas para este trabalho tiveram origem nas inquietações que envolvem minha experiência como professora de Sociologia na educação básica, disciplina que leciono, desde 2007, para jovens entre 14 e 19 anos de idade, na escola pública. Pensar essa ciência “quando vai para a escola” sempre fez parte da minha atividade profissional porque, diferentemente das demais disciplinas escolares, a Sociologia tem uma história de intermitência nesse nível de ensino – o que acarreta, entre outras coisas, a constante discussão sobre a sua identidade, o seu papel e contribuição na formação escolar, além do debate sobre o que e como deve ser ensinado

ao público da educação básica. Hoje, por exemplo, pouco mais de dez anos depois de aprovada a lei que garantia sua presença no ensino médio, a Lei Federal 11.684, de 2008, a disciplina mais uma vez perdeu o caráter obrigatório.

No entanto, mesmo marcada pela incerteza, a Sociologia vem sendo lecionada, de maneira obrigatória ou não, nas escolas públicas e privadas em todo o país, majoritariamente no nível médio, mas também com algumas experiências no ensino fundamental. E conta com uma diversidade de propostas curriculares, além de ampla oferta de livros didáticos, reunindo diferentes temáticas, conceitos, autores, autoras e teorias selecionados para a sua formação escolar.

Ao mesmo tempo, apesar dessa variedade, é possível também identificar certos consensos quanto ao conteúdo da disciplina: em primeiro lugar, a despeito do nome Sociologia, ela aborda também a Antropologia e a Ciência Política, o que faz com que cultura, estado, indivíduo e sociedade sejam categorias-chave na elaboração do currículo. A discussão sobre o que é ciência, como a Sociologia se constituiu como o estudo da sociedade e a importância da abordagem dos seus métodos são itens que aparecem de maneira unânime, o que garante a contribuição dos clássicos Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber como referências constantes. Além disso, mundo do trabalho, desigualdades sociais e diversidade cultural são temáticas sempre presentes, embora com abordagens diversas, que buscam dar conta da vasta e eclética oferta teórica da área.

Nesse universo curricular em permanente construção, o conceito de gênero e os estudos nos quais ele é a categoria central, os chamados estudos de gênero, foram aos poucos ganhando espaço. De marcador social no tratamento das desigualdades e demanda política na abordagem do tema dos movimentos sociais, ele passou a ter mais destaque, com temáticas, problemas e referenciais oriundos do próprio campo, que apresentavam a proeminência de gênero para pensar os fenômenos sociais. Essa constatação podia ser observada a partir de pelo menos três pontos: em primeiro lugar, embora gênero não faça parte do conjunto de categorias prescritas para o ensino de Sociologia pela política curricular do PNLD, verificava-se uma tendência de aumento na ocorrência de discussões travadas por esse campo nas obras que vinham sendo selecionadas pelo programa, conforme apontou Beatrice Cavalcante Limoeiro (2016). Em segundo lugar, paralelamente, podia-se observar também um aumento na concentração de trabalhos com essa temática nos encontros acadêmicos sobre o ensino de Sociologia (Julia Polessa Maçaira e Marina Fisher Nucci, 2018). Mas, principalmente, constatava-se que questões sobre as desigualdades de gênero, seja no trabalho, na família ou na política, feminismos,

assédio sexual, machismo e sexualidade, vinham, ano após ano, surgindo como temas de debates alvissareiros em sala de aula – experiência vivida por mim diretamente e compartilhada por colegas de profissão.

Tal aumento da presença desses debates na escola é resultado direto de uma maior permeabilidade das políticas públicas às pautas dos movimentos feministas e de mulheres, bem como da presença efetiva de representantes desses movimentos na estrutura do Estado brasileiro, especialmente ao longo dos anos 2000 (Layla Pedreira Carvalho, 2018; Dandara de Souza Araújo, 2017), com impacto sobre as políticas educacionais, que passaram a incluir as temáticas de gênero e sexualidade nos documentos oficiais (Cláudia Vianna, 2012) e a fomentar a formação continuada de professores e professoras em gênero e diversidades na escola (Rejane da Conceição Meirelles, 2017). Porém, deve-se destacar ainda o papel da Internet e da escolarização na socialização das juventudes, em especial a expansão da escolarização das mulheres, considerada um importante vetor de transmissão do ideário feminista na sociedade brasileira, com efeito sobre o currículo e o cotidiano escolar (Flávia Birolli, 2016).

Ou seja, a própria popularização do movimento feminista, produto tanto das mudanças de posição das mulheres na sociedade quanto da ação cumulativa desse movimento no país, foi colocando cada vez mais em evidência gênero como um elemento presente nas discussões sobre a vida social, oferecendo uma lente de enfoque para enxergar a realidade, os fenômenos e as nossas relações.

No entanto, junto com esse movimento de ascensão de problemas lançados à luz da compreensão das relações de gênero e dos feminismos, bem como da diversidade sexual e da sexualidade como pautas de direitos, observavam-se igualmente ações sistemáticas reativas a todas essas discussões. Diversas análises constatavam que a cena pública passou a ser ocupada por movimentos organizados que vêm investindo na mobilização da ordem moral em relação à naturalização das relações desiguais de gênero, na rejeição da crítica feminista e do debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos, valendo-se, inclusive, da promoção de uma espécie de pânico moral, que produz uma ameaça a ser combatida. Tais movimentos, ainda que não tenham se iniciado no campo da educação, foi nele onde ganharam projeção e ressonância no debate público aqui no Brasil, cuja censura nas salas de aula demonstravam ter um grande potencial de mobilização social e política, em função, principalmente, do posicionamento de grupos que têm acusado a presença de uma suposta doutrinação nas escolas com base no que

denominam de “ideologia de gênero” (Luís Felipe Miguel, 2016; Birolli, 2016; Toni Reis e Edla Eggert, 2017; Rogério Diniz Junqueira, 2017; Sônia Corrêa e Isabela Kalil, 2020).

De caráter reacionário, defendem a ideia de que a escola, ao abarcar certos conteúdos, estaria incentivando a destruição de uma ordem tida como natural acerca da família e, conseqüentemente, dos papéis a serem desempenhados por homens e mulheres, especialmente no que dizem respeito às expectativas sobre a complementariedade de suas funções sociais. Movimentos estes que estão expressos, apesar de prescindirem de plena vigência legal e mesmo sendo declarados inconstitucionais, em diversos projetos de lei e em episódios de ameaças e constrangimentos por parte de estudantes e/ou seus responsáveis em relação a conteúdos propostos em sala de aula, nos diferentes níveis de ensino.

Mas, afinal, o que significa falar de gênero na escola? Que contribuições do campo de estudos de gênero circulam nesse espaço e, ainda, que contribuições são atribuídas a esse campo de conhecimento quando gênero é conteúdo escolar? Ao observar a controvérsia na qual gênero foi inserido, as reações manifestas parecem criar um senso comum sobre gênero como sinônimo de sexualidade. Embora sexualidade seja uma temática dentro dos estudos de gênero, ela não o traduz, tampouco o esgota. Porém, podia-se perguntar: falar de gênero na escola é falar de sexualidade? O ensino escolar corrobora esse senso comum? Quais questões são atravessadas por gênero quando ele é uma temática de conteúdo escolar? Mesmo considerando que não há uso ordinário, geralmente aceito para gênero, ao contrário, “ele é um lugar de debate intenso” (Joan Scott, 2012, p. 332), tal cenário, de ações e reações, despertou o meu interesse de investigar esse campo de conhecimento sociológico “quando vai para a escola”, uma vez que, apesar de me parecer familiar, fez-se estranho dadas as controvérsias colocadas em público.

Das perguntas à pesquisa

Para responder a essas perguntas, estabeleci como campo empírico de pesquisa livros didáticos de Sociologia. Essa escolha se deu pelo reconhecimento do papel do livro didático na disseminação de saberes produzidos pela ciência, sendo um registro importante onde podemos encontrar parte significativa de como tal conteúdo circula não somente no meio escolar, mas principalmente nele. Os livros didáticos são objetos importantes da vida cultural de uma sociedade, constituindo um recurso valioso para o

entendimento de processos sociais relacionados à vida intelectual mais abrangente, envolvendo fluxos de estabilização (ou não) de certas ideias (Simone Meucci, 2020)².

Em conjunto, importa justificar que a escolha dos livros didáticos especificamente de Sociologia se deveu não apenas à relação direta que tenho com esse objeto, como professora da disciplina, mas porque a Sociologia e a Antropologia são as duas áreas de conhecimento que possuem maior concentração da produção no campo dos estudos de gênero na ciência brasileira (Isadora Lins França e Regina Facchini, 2017). Dessa forma, poderíamos considerar a Sociologia como uma ciência de referência desse conteúdo na escola, isto é, embora gênero seja um conceito central para diversas áreas do conhecimento, ele é um campo de estudos consolidado nas Ciências Sociais e, nesse sentido, entende-se que tal conteúdo deveria estar alocado, ainda que não somente, mas também, na disciplina escolar Sociologia.

Entre os livros didáticos da disciplina, optei por analisar os livros aprovados pelo PNLD, dado o impacto dessa política nacional que, desde os anos de 1980, avalia, seleciona, compra e distribui gratuitamente para todos os estudantes de escolas públicas do país livros didáticos produzidos por editoras privadas. Tem, pelo aporte financeiro que representa, a mobilização de agentes e instituições, além de sua abrangência, grande capacidade de institucionalizar, assim como desinstitucionalizar, uma disciplina escolar e seus conteúdos (Fábio Braga do Desterro, 2016).

Assim, no que diz respeito à Sociologia, essa disciplina esteve presente como componente curricular em apenas três edições do PNLD, quais sejam as edições de 2012, 2015 e 2018. Na primeira edição, de um total de 14 livros inscritos somente dois foram aprovados, os livros *Sociologia para o Ensino Médio*, de Nelson Dacio Tomazi, da Editora Saraiva; e *Tempos modernos, tempos de Sociologia*, de Helena Maria Bomeny Garchet e Bianca Freire-Medeiros, da Editora do Brasil. No edital de 2015, 13 livros foram analisados, sendo seis aprovados. Além dos dois da primeira edição, os livros *Sociologia*, de Sílvia Maria de Araújo, Maria Aparecida Bridi e Benilde Lenzi Motim, da Editora Scipione; *Sociologia hoje*, de Igor José de Renó Machado, Henrique José Domiciano Amorim e Celso Fernando Rocha de Barros, da Editora Ática; *Sociologia em movimento*, escrito por Afrânio Silva e outros 18 autores e autoras, da Editora Moderna;

² Corroborando a minha escolha, a socióloga Simone Meucci (2020) aponta ainda para um uso imprevisto do livro didático de Sociologia, pois, dentro do contexto brasileiro, considerando as condições de trabalho e de qualificação de professores e professoras, Meucci afirma que o livro didático também pode ser identificado como instrumento, mais do que de orientação de trabalho, de formação docente.

e, finalmente, *Sociologia para jovens do século XXI*, de Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa, editado pela Imperial Novo Milênio. Já no programa referente ao ano de 2018, 12 obras foram inscritas e cinco foram aprovadas. Dessas, fazem parte todas que compuseram a edição de 2015, com exceção da obra da editora Saraiva.

Dado o período de integralização do meu doutoramento (2018-2022), defini os livros aprovados na edição de 2018 (Tabela 1) como meus objetos, pois esses seriam os livros vigentes até o ano de 2021, além de representarem reedições de livros de grande circulação e influência no cenário nacional dos didáticos de Sociologia, a ponto de configurarem uma geração de livros (Maçaira, 2017; 2021).

TABELA 1 Livros didáticos aprovados no PNLD 2018 por título, editora, ano de publicação e autoria

| Livro | Editora | Ano de publicação³ | Autoria |
|---------------------------------------|-----------------------|--------------------------------------|--|
| Sociologia | Scipione | 2016 [2013] | Sílvia Maria de Araújo, Maria Aparecida Bridi e Benilde Lenzi Motim |
| Sociologia hoje | Ática | 2016 [2013] | Igor José de Renó Machado, Henrique José Domiciano Amorim e Celso Fernando Rocha de Barros |
| Tempos modernos, tempos de Sociologia | Editora do Brasil | 2016 [2010] | Helena Bomeny, Bianca Freire Medeiros, Raquel Balmant Emerique e Júlia O'Donnell |
| Sociologia em movimento | Moderna | 2016 [2013] | Afrânio Silva, Bruno, Loureiro, Cássia Miranda, Fátima Ferreira, Lier Ferreira, Marcela Serrano, Marcelo Araújo, Marcelo Costa, Martha Nogueira, Otair de Oliveira, Paula Menezes, Raphael Corrêa, Rodrigo Paim, Rogério Lima, Tatiana Bukowitz, Thiago Estevez e Vinícius Pires |
| Sociologia para jovens do século XXI | Imperial Novo Milênio | 2016 [2007] | Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa |

Fonte: elaboração própria.

Assim, a análise de conteúdo das obras didáticas abrangeu as iniciativas de leitura, sistematização e explicitação, envolvendo a classificação e categorização do conteúdo, reduzindo suas características a elementos-chave, de modo a estabelecer categorias para

³ Os dados neste item se referem ao ano de publicação da edição analisada e, entre colchetes, indico o ano da 1ª edição da obra.

a sua análise e possíveis interpretações. Isso implicou a necessária tarefa de mapear nesses documentos selecionados os conteúdos emergentes correspondentes ao interesse da minha pesquisa, o que foi feito a partir das seguintes categorias do campo dos estudos de gênero que destaquei: “gênero”, “sexo”, “mulher(es)”, “feminino/a”, “feminismo” e “sexualidade”. Com isso, buscou-se compreender como eles são abordados, em relação a quais discussões e dentro de qual contexto nos livros aparecem, a fim de prosseguir a sua categorização e posterior análise dos temas e questões ali identificados.

Da pesquisa aos achados

Do trabalho de leitura sistemática das obras didáticas, em primeiro lugar, um dado importante constatado foi a confirmação de uma tendência de ampliação do conteúdo atravessado pela perspectiva de gênero nos livros didáticos de Sociologia dentro deste programa. Pois, se, na sua primeira edição, o PNLD 2012, os dois livros participantes sequer apresentavam capítulos ou tópicos exclusivos à temática, tendo sua inserção alocada de maneira pontual, como uma variável somente citada a se somar a outras, como classe e raça, ou como forma de exemplificar as discussões sobre movimentos sociais, cujas referências se restringiam a uma menção à Simone de Beauvoir, Olympe de Gouges e Michel Foucault, limitados a uma apresentação sucinta do conceito; nas edições seguintes, que passaram a contar com mais obras aprovadas, gênero é apresentado como elemento central de um campo de estudos autônomo e relevante das Ciências Sociais, por meio do qual se ilumina o problema da desigualdade a partir de conceitos e teorias que oferecem a estudantes e docentes caminhos para se trilhar na leitura da realidade sob a sua perspectiva. Nesses livros, os quais compõem as edições do PNLD de 2015, analisados por Limoeiro (2016), e, particularmente, a de 2018, com cinco livros, gênero ganha capítulos e tópicos exclusivos, com ampliação da sua abordagem temática, teórica e conceitual. Mais autores e autoras são acionados e apresentados aos leitores dando a conhecer melhor este campo. E, mesmo quando as relações de gênero são usadas para exemplificar uma discussão, como um recurso do texto didático de contextualização, gênero faz interface a uma ampla e diversificada gama de debates, tais como trabalho, democracia, violência, raça, identidade, geração, família, sexualidade, além dos já mencionados acima.

Um indicador interessante quanto a esta presença ampliada e mais variada são as referências teóricas utilizadas para compor esse conteúdo nessas obras didáticas, como

pode ser visto na Tabela 2. São referências que se destacam dentro do campo de gênero a partir de diferentes enfoques e perspectivas, desde as que já carregavam a crítica à naturalização das diferenças entre homens e mulheres antes mesmo da própria elaboração do conceito de gênero, tais como Margareth Mead, com seus estudos culturalistas na Nova Guiné, e Simone de Beauvoir, referência constante e sintetizadora da problematização da subordinação feminina, em conjunto com Pierre Bourdieu, que se dedicou a pensar a violência da dominação masculina; passando pelas mais materialistas, que considera que as relações de classe, de gênero e de raça são relações de produção e através delas se entrecruzam dominação, exploração e opressão, como a que a leitura de Danièle Kergoat permite fazer; mas também pelas perspectivas antirracistas e questionadoras das diferenças entre as mulheres, trazidas por Angela Davis e Lelia Gonzales, condensadas no conceito de interseccionalidade; até a proposta pós-moderna de Judith Butler, que radicaliza a noção de construção social. E, ainda, outras referências que não estão diretamente alocadas dentro deste campo de estudos, ou que se notorizaram em outras temáticas, mas que nesses livros didáticos são acionadas para pensar a realidade social a partir de gênero, apontando para como ele importa e constitui nossas relações sociais. Entre essas referências, estão Júlio Jacobo Waiselfisz, que se destaca nas Ciências Sociais na análise da violência; Raquel Rolnik, nas questões de moradia e estudos urbanos; e Maria da Gloria Gohn, autora muito mencionada nas obras didáticas por suas pesquisas sobre movimentos sociais (Limoeiro, 2016; Desterro, 2016).

TABELA 2 Autores e autoras utilizados nas temáticas de gênero nos livros didáticos de Sociologia do PNLD 2018

| Livro/Editora | Autores e autoras utilizados nas temáticas de gênero |
|--|--|
| Sociologia para jovens do século XXI/Imperial Novo Milênio | Claude Lévi-Strauss, Lana Fonseca, Deborah Blum, Joan Scott, Judith Butler, Pierre Bourdieu, Simone de Beauvoir, Olympe de Gouges, Céli Regina Pinto, Betty Friedan, Kate Millet, Shulamith Firestone, bell hooks, Juliet Mitchell, Heleith Saffioti, Marília Pinto de Carvalho, Angela Davis, Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez, Chimamanda Ngozi Adichie, Luiz Roberto de Barros Mott, Richard Green, Alexandre Bortollini, Regina Facchini, João Silvério Trevisan, James Naylor Green, Flávia Biroli |
| Sociologia em movimento/Editora Moderna | Raquel Rolnik, Sigmund Freud, Simone de Beauvoir, Margareth Mead, Pierre Bourdieu, Marlene LeGates, Céli Regina Pinto, Neuma Aguiar, Raewyn Connell, bell hooks, Angela Davis, Lélia Gonzalez, Judith Butler, Michael Foucault, |

| | |
|--|--|
| | Friedrich Engels, Karl Marx, Helena Hirata, Gilberto Freyre e Heleieth Saffioti |
| Tempos modernos tempos de Sociologia/Editora do Brasil | Júlio Waiselfisz, Clarice Peixoto, Manuel Ferreira de Lima Filho, Beatriz Heredia, Walter Benjamin, Michael Foucault, Margareth Mead, Simone de Beauvoir |
| Sociologia hoje/Editora Ática | Nancy Fraser, Margareth Mead, Ruth Benedict, Gayle Rubin, Sherry Ortner, David Schneider, Marilyn Strathern, Danièle Kergoat, Helena Hirata, Anthony Giddens |
| Sociologia/Editora Scipione | Maria da Glória Gohn, Gilberto Freyre, Pierre Bourdieu, Claudia Mazzei Nogueira, Claude Lévi-Strauss, Anthony Giddens, Marilyn Strathern |

Fonte: elaboração própria

Vale notar que em todos os cinco livros da minha amostra, apesar de ainda revelarem um caráter “normásculo” (*malestream*) das Ciências Sociais (Danielle Chabaud-Rychter et al., 2014), por pensarem no masculino, isto é, pautando-se nas relações sociais protagonizadas por atores masculinos para darem conta do todo, referenciando-se, majoritariamente, na produção de pensadores homens, “impregnando de masculinidade resultados ou teorias supostamente ‘objetivas’” (Chabaud-rychter et al., 2014, p. 03), há de se destacar que as referências femininas, sobretudo em *Sociologia para jovens do século XXI* (2016), não estão limitadas às temáticas atravessadas por gênero. Salienta-se, inclusive, que a temática indígena, abordada no livro *Sociologia para jovens do século XXI* (2016), e juventude, em *Sociologia* (2016), são tratadas por maioria de pesquisadoras, ainda que gênero não seja uma variável em destaque na construção desses capítulos. Ou seja, os livros apresentam importantes contribuições de pesquisadoras que não estão restritas a temáticas específicas, assim como as temáticas de gênero não se restringem às mulheres cientistas.

Entretanto, como se vê na Tabela 2, essa presença ampliada não se dá da mesma maneira em todas as obras. De modo que a leitura sistemática dos livros evidenciou uma segunda questão relevante quanto a esse conteúdo no que diz respeito a sua organização, a qual se tornou um dado fundamental para a construção do trabalho: gênero aparecia, de maneira descritiva, com capítulos exclusivos, em dois livros da minha amostra, justamente naqueles que Barbara de Souza Fontes (2019) classificou como “livros oriundos do ‘chão da escola’”, pois compreende obras que são produto da atuação dos autores e autoras como docentes da educação básica. Quais sejam *Sociologia para jovens do século XXI* (2016) e *Sociologia em movimento* (2016). Os que não tinham capítulos exclusivos para o tema, os livros *Sociologia* (2016), *Tempos modernos, tempos de*

Sociologia (2016) e *Sociologia hoje* (2016), coincidem com o que a pesquisadora classificou como “livros oriundos do ensino superior”, que compreende livros cuja autoria tem seu vínculo profissional e trajetória acadêmica ligados ao ensino superior.

A partir dessa observação, estabeleci como estratégia de pesquisa a entrevista com os autores e autoras dessas obras didáticas e, por meio delas, pude confirmar a pertinência dessa categorização de Fontes para o meu trabalho, uma vez que constatei que o fenômeno da inclusão do conteúdo de gênero nos livros é explicado pelo tipo de relação da sua autoria com a escola. Isto é, os autores e autoras que são professores da educação básica dedicam capítulos exclusivos ao conteúdo de gênero; os autores e autoras que são professores do ensino superior não dedicam capítulos exclusivos a esse conteúdo.

A importância dessa relação sobre as escolhas que orientam a construção das obras não é meramente reveladora do privilegiamento de espaço que o conteúdo mobilizado pelos estudos de gênero, ou atravessados por essa perspectiva, ocupa nos livros – o que já seria em si um dado bastante significativo, considerando que, como pude observar, é o espaço exclusivo para gênero bem como para raça que assinala o ponto de distinção acerca da organização dos conteúdos entre esses dois conjuntos de livros, conferindo a essas duas dimensões importância pedagógica dentro de um material deste tipo. Mas, sobretudo, é também reveladora da abordagem temática delimitada por gênero, que tem rebatimento sobre a conceitual e teórica, que esses livros apresentam. Não se trata somente ter ou não ter capítulo, mas o que ter ou não ter capítulo se revelou em minha pesquisa em termos de ação curricular que esses livros promovem.

Pois, ainda que se considere os princípios gerais do edital do PNL D de 2018, que pedem atenção às temáticas de gênero, com vista à construção de uma sociedade não-sexista, justa e igualitária, inclusive no que diz respeito ao combate à homo e transfobia (Brasil, 2015), as escolhas adotadas para este atendimento são distintas e a relação da autoria com a escola aparece nas entrevistas como determinante sobre elas, sendo possível identificar um padrão que marca essa distinção. Tal constatação permitiu observar não apenas “o que desse campo de conhecimento vai para a escola e o que é atribuído a ele”, outra pergunta que orientou minha pesquisa, mas também o porquê. Com essas questões pude elaborar reflexões acerca desse conteúdo, dos sentidos atribuídos pela autoria a ele e aos objetivos do livro didático bem como ao próprio papel dessa disciplina na educação básica, considerando esse material um registro importante a respeito de uma concepção de Sociologia escolar (Maçaira, 2016).

Assim, do trabalho de análise e cotejamento das obras aliado às reflexões trazidas pelas entrevistas, embora tenha sido possível identificar um entendimento comum prevaiente ao que significa falar de gênero nesses livros, o qual aparece dentro de uma perspectiva da construção social da diferença, esse conteúdo também apresentou diferenciações. Essas correspondem a uma articulação entre a relação da autoria com a escola e seu rebatimento sobre a seleção e organização desse conteúdo, bem como o próprio sentido da sua inclusão. Porque, o que esses livros oferecem acerca do que os estudos de gênero ajudam a iluminar se diferencia de acordo com os temas ou problemas que são mais salientados e recebem maior tratamento e descrição nos livros, com o acionamento de referências teóricas, apresentação de conceitos, ilustração por dados estatísticos, históricos e imagens, além dos próprios autores e autoras, conceitos e teorias que são selecionados para discuti-los.

A partir dessas diferenciações, dividi os livros em dois grupos. O primeiro, marcado pela presença de capítulo exclusivo para os estudos de gênero, apresenta um conteúdo que dialoga diretamente com as discussões pautadas pelo debate público e que emergem no “chão da escola”. Uma particularidade desse primeiro conjunto de livros, formado por *Sociologia para jovens do século XXI* (2016) e *Sociologia em movimento* (2016), está no enfoque que dá ao tratamento a) dos feminismos, no qual o ativismo feminista, em suas várias vertentes, mas com destaque ao feminismo negro, aparece como ponto de partida da crítica à diferença entre homens e mulheres transformada em desigualdade e aos impactos sociais e políticos da sua naturalização. Nesses livros, os feminismos aparecem como expressão de conflitos e desigualdades entre homens e mulheres, mas também como veículo de transmissão do conhecimento sobre gênero; b) das diferentes manifestações da violência de gênero; e c) das sexualidades, em especial como uma questão da diversidade sexual e da construção da identidade, não somente como um dado da constituição íntima dos sujeitos, mas como direito individual.

Esses livros expressam, em termos temáticos e teóricos, a discussão que o campo dos estudos de gênero vem produzindo mais contemporaneamente, porém privilegiando debates oriundos de uma crítica trazida pela ação dos movimentos feministas, sobressaindo agendas políticas na construção do conteúdo de gênero. Nesse sentido, orientam-se para darem respostas aos anseios dos estudantes e às questões colocadas pelo debate público ao vislumbrarem o município e legitimação aos professores e professoras para falar de gênero na sala de aula – sobretudo quando consideramos que para muitos sujeitos da escola, local de origem desses livros, a “ideologia” chegou antes

da ciência, ou seja, antes mesmo de terem contato com o conhecimento produzido pelos estudos de gênero (Alexandre Bortolini, 2023). A reação chegou antes da ação, provocando, portanto, a escola a dar respostas – e o livro didático se apresenta aqui como uma delas.

O segundo grupo, marcado pela ausência de capítulo exclusivo para os estudos de gênero, e cuja autoria não tem relação direta com educação básica, apresenta um conteúdo mais circunscrito às agendas acadêmicas consagradas das Ciências Sociais, o que reflete sobretudo o caminho da construção e a própria história desses livros, na qual a formação de seus autores e autoras demonstra ascendência sobre o que é selecionado e produzido em termos de conteúdo. São os livros *Sociologia* (2016), *Tempos modernos, tempos de Sociologia* (2016) e *Sociologia hoje* (2016). Sua inserção se dá de maneira mais difusa nas obras e enfoca as temáticas sobre a) o mundo do trabalho, em especial no que diz respeito à divisão sexual do trabalho e à reprodução social; b) a problematização da família, como instituição historicamente situada, e das relações de parentesco para além de um dado biológico; e, c) as desigualdades que dessas duas esferas se desdobram.

Isto é, o primeiro conjunto de livros expressa e se orienta, de maneira mais saliente, por “agendas políticas a responder”, tomando o ativismo como tema condutor da apresentação do conteúdo de gênero nessas obras e debates mais recentes dentro do campo. E o segundo conjunto expressa e se orienta, de maneira mais saliente, por “agendas acadêmicas a corresponder”, destacando a contribuição de gênero para o pensamento social e sociológico e debates mais consagrados dentro do campo, como será mostrado a seguir.

Tal distinção representa sobretudo ênfases e não contraposições entre esses dois grupos. Pois a influência das pautas presentes no debate público e das discussões acadêmicas integra o processo de elaboração de todas as obras analisadas, considerando que a produção acadêmica é continuamente tocada pelo debate público e vice-versa. Todas elas deixam transparecer um conjunto de questões que são emergentes na sociedade e na construção do conhecimento acadêmico. Além disso, todos os autores e autoras dessas cinco obras compartilharam, em entrevistas, uma mesma preocupação em delinear a contribuição dos estudos de gênero para a compreensão da realidade social, tanto no âmbito científico quanto no social, destacando o papel desses livros na promoção da emancipação teórica e política dos sujeitos envolvidos na construção desse campo de conhecimento.

Dessa maneira, pode-se afirmar que ambos os conjuntos de livros abordam o problema sociológico da desigualdade de gênero, objeto central desse campo de estudos. No entanto, um se destaca ao focar seus efeitos, ressaltando a ação coletiva que surge como resposta a esse problema; e outro as suas causas, por meio da discussão da divisão sexual do trabalho e seus desdobramentos em termos das desigualdades, cujo destaque dado à problematização da família e ao mundo do trabalho registram tal distinção, como pode ser visto na Tabela 3.

TABELA 3 A inserção do conteúdo de gênero nos livros didáticos de Sociologia do PNLD 2018

| Organização do conteúdo nos livros | Livros didáticos/Editoras | Abordagem predominante | Temáticas predominantes |
|---|---|---|---|
| Livros com capítulos exclusivos para gênero | Sociologia para jovens do século XXI/Imperial Novo Milênio Sociologia em movimento/ Editora Moderna | Ênfase nos efeitos do problema sociológico da desigualdade de gênero e nas agendas políticas. | Feminismos, com destaque para a abordagem interseccional, violências e sexualidades, com foco no reconhecimento e na identidade |
| Livros sem capítulos exclusivos para gênero | Sociologia/Editora Scipione Sociologia hoje/Editora Ática Tempos modernos, tempos de Sociologia/Editora do Brasil | Ênfase nas causas do problema sociológico da desigualdade de gênero e nas agendas acadêmicas. | Trabalho, em especial no que diz respeito à divisão sexual do trabalho, família e desigualdades |

Fonte: elaboração própria.

Dos achados a alguns apontamentos

Voltando-se para uma das perguntas que motivou a pesquisa aqui apresentada, pode concluir que falar de gênero não se reduz a falar de sexualidade nesses livros. Ao contrário, a leitura dessas cinco obras evidenciou que “se a sexualidade é, sem dúvida,

um lugar onde as relações de gênero são produzidas e reiteradas, essa não é a única dimensão da vida onde elas estão presentes” (Bortolini, 2023, p. 57). Como aponta Alexandre Bortolini (2023), o trabalho, a família, a política, a economia, a educação e demais esferas da vida são também espaços onde essas relações são produzidas, reproduzidas e transformadas. Tampouco gênero e sexualidade aparecem como sinônimos, embora esses livros partam da discussão de gênero para chegar ao tema da sexualidade, considerando que a noção de gênero compartilhada por todos eles visa a criar um estranhamento quanto à associação intrínseca e naturalizada entre sexo biológico, identidade e práticas afetivo-sexuais.

A sexualidade é um campo de relações e, portanto, objeto de conhecimento para as Ciências Sociais, porém de menor presença dentro de toda a amostra. Nos livros que correspondem mais às agendas acadêmicas, a sexualidade prevalece apresentada como uma dimensão relevante da constituição dos indivíduos para dar a entender as fragilidades da democracia, assim como compreender questões que mobilizam os chamados novos movimentos sociais. O direito ao casamento homoafetivo é tomado como exemplo para essas duas reflexões, cujos sujeitos envolvidos estão quase sempre em débito de cidadania. Nesse conjunto específico de livros, portanto, o tema da sexualidade está diretamente ligado à noção de direitos de uma minoria, cuja compreensão, entretanto, busca abranger o regime democrático como um todo.

Mesmo menos explorada, o espaço onde o tema da sexualidade tem maior evidência, no sentido de apresentar conceitos, pesquisas, autores e autoras que possam contribuir para a construção do conhecimento a respeito, é justamente nos livros oriundos do “chão da escola”, cujo atendimento às agendas políticas relacionadas ao debate sobre gênero se sobressai, como foi apresentado. Esses livros abordam a sexualidade para além – ainda que também – da afirmação dos direitos, ou pauta a ilustrar ação coletiva pela conquista desses direitos, oferecendo uma visão que lança luz sobre possibilidades de experiência humana a ser objeto de reflexão das Ciências Sociais. Ou seja, o conteúdo desse material não se limita a tratar das desigualdades e violências sofridas por essa população, mas busca, sobretudo, apresentar uma narrativa positiva sobre ela, através da valorização das diferenças, histórias de autorreconhecimento e de superação na construção de uma vida feliz e bem-sucedida.

Entre as contribuições que surgem, os estudos *Queer* aparecem com destaque. Por meio deles, os livros apresentam também uma proposta analítica de rompimento com o binarismo de gênero, uma vez que nessa perspectiva a fluidez que marca tanto o gênero,

o sexo e a sexualidade fazem emergir múltiplos corpos, formas de práticas sexuais, de afetos, de feminilidades e de masculinidades. Ainda que o livro didático não vise a contemplar a complexidade de tal perspectiva, a qual radicaliza a ideia de construção social, na medida em que questiona a existência mesmo de uma “verdade biológica” anterior a cultura, ao focar essa discussão, o livro didático dá existência e visibilidade a essas vivências de sujeitos que estão na escola ou sendo expulsos dela (Ana Carolina Santos Barbosa, 2015).

Dessa perspectiva, cabe ressaltar ainda que o próprio feminismo, que nos livros de agenda acadêmica aparece no singular, vai se expandir nos livros de agenda política. Nesses, a crítica do feminismo negro revela-se uma fronteira de expansão desse conteúdo nas obras. Identificam-se, pelas presenças e ausências, certos privilégios epistêmicos e mesmo hierarquia de saberes, sujeitos e objetos de conhecimento. A interseccionalidade aparece nominalmente como conceito que busca reposicionar a discussão sobre raça não somente nesse campo de estudos, mas no pensamento social como um todo, ganhando destaque nesses materiais.

Em síntese, todos esses cinco livros figuram dentro do debate público de ação e reação a gênero como um elemento importante das controvérsias criadas em torno dele. Pois sua análise me permitiu olhar para um conjunto amplo e diverso de agentes e documentos que são expressões de uma dinâmica que, muito mais do que uma polêmica efêmera ou uma “cortina de fumaça”, revela visões e mesmo projetos de sociedade que envolvem movimentos de contenção da laicidade do Estado e da secularização da cultura, combinadas à imposição de uma moral religiosa no contexto educacional (Luís Antônio Cunha, 2016). Tais movimentos devem ser compreendidos como parte do que Flávia Biroli (2018) denomina “regressão democrática”, na qual o conhecimento se destaca como um alvo de ataque – sobretudo o conhecimento em torno de questões provocadas pelo que a noção de gênero nos propicia conhecer.

Dessa perspectiva, mesmo os livros que se estabelecem na minha interpretação como mais circunscritos às agendas acadêmicas consagradas no campo, e não diretamente provocados a darem respostas que a escola demanda, também se localizam dentro dessa controvérsia, contribuindo para contornar a mitificação e a desinformação de gênero e seu campo de conhecimento. Essa distinção não é excludente. Particularmente quando consideramos a relevância dada à abordagem da família e do trabalho, com sua desigual divisão sexual, em face de toda a crítica conservadora ter se constituído apontando para gênero como um conceito questionador da determinação da natureza sobre homens e

mulheres, como fica explícito na análise, realizada para esta tese, do conteúdo dos projetos de lei antigênero na educação – cuja proliferação, não é ocioso lembrar, se deu a partir do ano de 2014, reverberando em uma onda não só de projetos, mas de ameaças a professores e professoras em sala de aula que ousassem falar de gênero na escola.

Dentro dos objetivos do livro didático, todas essas obras oferecem se não respostas definitivas, pistas, mapas, pontos de partida que se direcionam tanto aos estudantes, expondo as bases de determinada área de conhecimento, com a preocupação de dialogar com a sua realidade mais imediata, quanto aos professores e professoras, dando-lhes suporte para buscarem os fundamentos teóricos e conceituais desse campo de estudos, mas igualmente a legitimação científica de um conteúdo a ser compartilhado em sala de aula. Assim, sem restringir gênero a mais uma variável ou temática possível de ser tratada (Brasil, 2006), tampouco a uma perspectiva da convivência e da tolerância, conforme aparece nos documentos curriculares analisados para este trabalho, os livros didáticos da minha amostra incorporam e apresentam estudos e debates consagrados, mas também mais recentes sobre esse campo dando a conhecer seu desenvolvimento no pensamento social e sua importância política e científica na reflexão sobre a realidade social.

Isto é, sem deixar de registrar sua contribuição em termos epistemológicos bem como seu significado político, indicando uma mudança que vinha se expressando nos livros didáticos da disciplina, a qual fora interrompida na edição do PNLD de 2021, cujo impacto da ascensão do conservadorismo durante o governo de Jair Messias Bolsonaro pôde ser sentido em todo o currículo de Ciências Humanas e Sociais no país (Amurabi Oliveira, 2023). Mas, que, agora, com nova chamada do edital do PNLD de 2026, parece ser retomada diante do novo cenário político mais permeável às questões de gênero na escola.

Referências

ARAÚJO, Dandara de Souza. *A política externa brasileira e os direitos das mulheres: efeitos da atuação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República*. 2017. 166 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

BARBOSA, Ana Carolina Santos. *A construção de corpos travestis: trajetórias que falam de binarismos e subversões no espaço escolar*. 2015. 130p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BIROLI, Flávia. Reação conservadora, democracia e conhecimento. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 61, n. 1, p. 83-94, 2018.

_____. Political violence against women in Brazil: expressions and definitions. *Revista Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, 2016.

BORTOLINI, Alexandre. *É pra falar de gênero sim: fundamentos legais e científicos da abordagem de questões de gênero na educação*. [s.n.] Brasília, 2023.

BRASIL. *Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNL D 2018 – Ensino Médio*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE), 2015.

_____. *Orientações curriculares para o Ensino Médio*. Volume 3. Ciências Humanas e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

CARVALHO, Layla Pedreira. A SPM e as políticas para as mulheres no Brasil: saltos e sobressaltos em uma institucionalização das demandas das agendas feministas. In: MATOS, Marlise; ALVAREZ, Sonia (org.). *Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil*. v. 1: Feminismo estatal participativo brasileiro. Porto Alegre: Ed. Zouk, 2018.

CHAUBAUD-RYCHTER, Danielle. Introdução. In: CHAUBAUD-RYCHTER, Danielle et al. (org.). *O gênero nas Ciências Sociais*. Brasília: Editora UnB, 2014.

CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. Políticas antigênero em América Latina: Brasil – ¿la catástrofe perfecta? [s.l.]: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW); G&PAL, 2020.

CUNHA, Luis Antônio. O projeto reacionário na educação. 2016. Disponível em: <https://www.luizantoniocunha.pro.br/uploads/independente/1-EduReacionaria.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.

DESTERRO, Fábio Braga do. *Sobre livros didáticos de sociologia para o ensino médio*. 2016. 270 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

FRANÇA, Isadora Lins; FACCHINI, Regina. Estudos de gênero no Brasil: 20 anos depois. In: MICELI, Sérgio; MARTINS, Carlos Benedito (org.). *Sociologia brasileira hoje*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2017.

FONTES, Bárbara de Souza. *Entre o “chão da escola” e a universidade: a antropologia nos manuais didáticos de sociologia*. 2019. 234p. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. (org.). *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande: Ed. FURG, 2017.

LIMOEIRO, Beatrice Cavalcante. *O gênero e a sexualidade como tema da sociologia escolar: uma comparação entre livros didáticos (PNLD 2012 e 2015)*. 2016. 79 p. Monografia (Especialização em Saberes e Práticas na Educação Básica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

MAÇAIRA, Júlia Polessa; NUCCI, Marina Fisher. Ensino de sociologia e questões de gênero e sexualidade: um balanço. In: ENCONTRO ESTADUAL DE ENSINO DE SOCIOLOGIA DA UFRJ (ENSOC), 6., 2018, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

MAÇAIRA, Júlia Polessa. *O ensino de sociologia e ciências sociais no Brasil e na França: recontextualização pedagógica nos livros didáticos*. 2017. 342 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Curso de Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

_____. As ilustrações nos livros brasileiros de sociologia para o ensino médio. In: VILLAS BÓAS, Glaucia (org.). *Um vermelho não é um vermelho: estudos sociológicos sobre as artes visuais*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

MEIRELLES, Rejane da Conceição. *Gênero na política educacional: uma análise do curso GDE 2006-2010*. 2017. 78 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

MEUCCI, Simone. Os livros didáticos da perspectiva da sociologia do conhecimento: uma proposição teórico-metodológica. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 20, 2020.

MIGUEL, Luís Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Revista Direito & Práxis*, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

OLIVEIRA, Amurabi. O currículo de Ciências Humanas e Sociais no Brasil no contexto da ascensão do conservadorismo. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 22, Fluxo Contínuo, 2023.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan. 2017.

W. SCOTT, J.; EIRAS COELHO SOARES, T. de A. C. OS USOS E ABUSOS DO GÊNERO. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de*

História, [S. l.], v. 45, 2014. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018>. Acesso em: 24 abr. 2025.

VIANNA, Claudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 127-143, maio/ago. 2012.

Recebido em abril de 2025.

Aprovado em junho de 2025.